MEMORANDO Nº. 068/2026 - S.M.A. - Secretaria Municipal de Administração

Marquinho/PR, 09 de junho de 2026.

Assunto: Pedido de Autorização para Realização de Licitação;

De: Secretaria Municipal de Administração;

Para: Exmo. Senhor Prefeito Municipal; Departamento de Compras e Licitações.

PROTOCOLO Nº 047/2026.
DATA: 09/06/2026.

Venho por meio deste, solicitar realização de Licitação, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE – CBUQ NA ESTRADA GLEBA NOVE PELO PROGRAMA ESTRADAS DA INTEGRAÇÃO – PEI CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº095/2026,** destacando que foi realizado o devido planejamento, compatibilizado com o Plano de Contratações Anual e de acordo com a as leis orçamentárias, destacando o cumprimento do art. 18 da nova lei de licitações:

a. Inciso I – Foi realizado estudo técnico preliminar, conforme anexo onde há a descrição da necessidade da contratação devidamente fundamentada;
b. Inciso II – Foi definido o objeto, conforme termo de referência e projetos de engenharia executivo anexo;
c. Inciso III – as condições de execução e recebimento estão descritas no memorial descritivo e projetos, sendo que serão exigidas garantias de proposta conforme termo de referência anexo, além das legais, em razão de tratar-se de uma obra;
d. Inciso IV – O orçamento estimado foi realizado pelo responsável técnico do departamento de engenharia, nos termos do art. 23 da Lei 14.133/21, art. 11 e 14 do Decreto Municipal 096/2021 combinado com Decreto Federal nº 7.983/2013. Foram adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil, na forma do art. 3º do Decreto Federal nº 7.983/2013;
e. Inciso V – Foi elaborado o edital, conforme anexo;
f. Inciso VI – Foi elaborada a minuta do contrato, conforme anexo;
g. Inciso VII – O regime de execução da obra observa os potenciais de economia de escala, visto que buscou-se organizar administrativamente, conforme projetos do departamento de engenharia realizados pelo profissional habilitado,

sendo que a realização da obra em único procedimento licitatório alcançará economicidade e padronização da obra;

h. Inciso VIII – a modalidade de licitação é CONCORRÊNCIA, o critério de julgamento é o MENOR PREÇO, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros consta do edital e gerará contratação mais vantajosa para a Administração, considerado todo o ciclo de vida do objeto, de natureza simples;

i. Inciso IX – Toda motivação do processo encontra-se devidamente justificada, sendo que a qualificação técnica e econômico-financeira exigidas são adequadas, em razão de que os projetos já estão elaborados e a empresa vencedora deverá apenas executar a obra, não será utilizada melhor técnica ou melhor técnica e preço, nem haverá participação de empresas em consórcio, em decorrência de ser uma obra comum;

j. Inciso X – Foram analisados os riscos inerentes à contratação da empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) na Estrada Gleba Nove, especialmente aqueles relacionados a atrasos na execução dos serviços, variações nos custos dos insumos, condições climáticas adversas, falhas na execução da obra, insuficiência de mão de obra e eventual inadimplemento contratual. Concluiu-se que os riscos identificados são previsíveis, ordinários e passíveis de mitigação por meio da adequada fiscalização contratual, exigência de qualificação técnica da contratada, acompanhamento do cronograma físico-financeiro, controle tecnológico dos serviços executados e aplicação das medidas administrativas e sanções previstas na legislação vigente, não se verificando riscos extraordinários capazes de comprometer o sucesso da licitação ou a boa execução do contrato;

k. Inciso XI – o momento da divulgação do orçamento da licitação será com a publicação do edital, visto que entendemos garantir melhores preços e vantajosidade da contratação, considerando a simplicidade do objeto da licitação.

Assim, segue anexa a documentação a cima referida.

SERGIO LUIZ DAL PAI
Secretário Municipal de Administração

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Este ETP visa evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO[1]

A presente contratação tem por finalidade promover a execução de obras de pavimentação asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ na Estrada Gleba Nove, localizada no Município de Marquinho/PR, por meio dos recursos disponibilizados pelo Programa Estradas da Integração – PEI, conforme Convênio nº 095/2026.

A intervenção é necessária em razão das condições atuais da via, que apresenta trechos sem pavimentação e/ou com condições inadequadas de trafegabilidade, ocasionando dificuldades para o deslocamento de moradores, produtores rurais, estudantes, trabalhadores e demais usuários que dependem da estrada para acesso às propriedades rurais e à área urbana do município.

A melhoria da infraestrutura viária contribuirá para o aumento da segurança dos usuários, redução dos custos de manutenção dos veículos, diminuição do tempo de deslocamento e melhoria das condições de escoamento da produção agropecuária, atividade de grande relevância para a economia local.

Além dos benefícios econômicos, a pavimentação proporcionará melhores condições de mobilidade e acessibilidade, especialmente em períodos de chuvas, quando as condições da estrada se tornam mais críticas, impactando diretamente a prestação de serviços públicos essenciais, como transporte escolar, atendimento à saúde e demais ações desenvolvidas pelo Município.

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária para atender ao interesse público, promover o desenvolvimento local e regional, garantir melhores condições de circulação na zona rural e assegurar a adequada aplicação dos recursos públicos disponibilizados por meio do Programa Estradas da Integração – PEI.

2. DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL[2]

A presente contratação/aquisição está nos planos da administração pública para o ano de 2026, além disso há previsão orçamentária para tal, conforme memorando do departamento de contabilidade em anexo.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO[3]

Deve ser observada a Regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-Financeira, qualificação técnica:

- Comprovação de que o ramo de atividade da proponente é compatível com o objeto da licitação.
- Prova de registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, devendo a proponente apresentar visto do CREA/PR, ou do respectivo órgão de classe, caso está esteja estabelecida em outro estado, devendo esta constar o responsável técnico.
- aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da

[1] I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
[2] II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;
[3] III - requisitos da contratação;

apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

- Serviços de pavimentação com concreto betuminoso usinado a quente – CBUQ de no mínimo 30.000,00 m2.

- Atestado de visita expedido pelo licitador, a proponente, através de representante, devidamente habilitado junto ao CREA, ou pelo respectivo conselho de classe, quando da visita ao local da obra deve obter, por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária para o preparo de sua proposta, esta visita deverá ser agendada junto ao Departamento de Engenharia, com o Engº Civil Sr. Charles Alexandre Batista, na Rua Sete de Setembro, s/n, Centro, Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (042) 3050-1102.
- Declaração de responsabilidade técnica, indicando o responsável técnico pela execução da obra até o seu recebimento definitivo pelo licitador.
  - A declaração, acima exigida, deverá(ao) ser acompanhada de "Certificado de Acervo Técnico Profissional – CAT" do responsável(eis) técnico(s) indicado, emitido(s) pelo "Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA", ou pelo respectivo conselho de classe, de execução de, no mínimo, uma obra de semelhante complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à solicitada de Construção de Edificações em Alvenaria.
- Comprovação de vínculo, através de registro em carteira e ficha de registro ou contrato de prestação de serviços, entre o responsável técnico pela execução da obra e a proponente. Para dirigente ou sócio de empresa, tal comprovação poderá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou contrato social.
  - Para o cargo de Engenheiro Civil;
  - O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.
- Relação de disponibilidade de veículos, máquinas e equipamentos a serem disponibilizados para a execução da(s) obra(s), caso não conste a relação mínima neste anexo a proponente deverá apresentar sua relação de veículos, máquinas e equipamentos conforme análise do projeto, constando o nome, número do RG, assinatura do responsável legal e nome, número do registro no CREA e assinatura do responsável técnico indicado, com declaração expressa de sua disponibilidade durante a execução, sob pena de inabilitação.
- Cronograma de utilização de veículos, máquinas e equipamentos devidamente preenchido, com base na relação de disponibilidade do item anterior, constando nome, nº RG e assinatura do responsável legal pela empresa e nome, número do registro no CREA e assinatura do responsável técnico indicado.

Assim, previamente à contratação a Administração realizará consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar

com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN, quando for o caso.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (OBJETO COM QUANTITATIVOS)[4]

A estimativa das quantidades da contratação são as a seguir relacionadas, sendo que os quantitativos foram estimados com base no memorial descritivo.

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE
001	Local: Estrada Gleba Nove. Município de Marquinho - PR; Objeto: Pavimentação de estrada rural em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), com área total de 60.000,00 m², incluindo serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de obra. Trechos: - Estrada Gleba Nove, do início (371458,00;7221430,00) e fim do trecho (364151,00;7222463,00) Área Pavimentada: 60.000 m² Colocação de placas de comunicação visual. Prazo de execução: 240 (duzentos e quarenta) dias; Patrimônio líquido mínimo: R$ 1.288.360,18 (um milhão, duzentos e oitenta e oito mil, trezentos e sessenta reais e dezoito centavos). Valor máximo da licitação: R$ 12.883.601,85 (doze milhões, oitocentos e oitenta e três mil, seiscentos e um reais e oitenta e cinco centavos).	UN	1,00

5. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO[5]

Foi realizado o levantamento de mercado pelo responsável técnico do departamento de engenharia, nos termos do art. 23 da Lei 14.133/21, art. 11 e 14 do Decreto Municipal nº 096/2021, combinado com Decreto Federal nº 7.983/2013. Foram adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil, na forma do art. 3º do Decreto Federal nº 7.983/2013. Em análise das alternativas possíveis a solução técnica e econômica da escolha acima transcrita são as que melhor atendem ao interesse público.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO[6]

A estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, constam da planilha orçamentária anexo, elaborado

[4] IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
[5] V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;
[6] VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

pelo responsável técnico, Charles Alexandre Batista. Não será preservado o sigilo até a conclusão do processo, pois, buscamos a maior competitividade possível entre as empresas participantes.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (INCLUSIVE EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO)[7]

O intuito do município é auxiliar no desenvolvimento de ações de saneamento, contribuindo para que a população tenha acesso vias de qualidade e com segurança em sua locomoção até ao centro urbano, possibilitando o aumento da qualidade de vida.

Ressalta-se que o recapeamento da estrada rural visa melhorar a infraestrutura da via e a qualidade de vida dos munícipes que transitam neste espaço considerando o alto movimento de veículos.

A proponente vencedora, deverá apresentar na assinatura do termo de Contrato de Empreitada, a formalização da garantia de execução, que servirá de garantia à fiel observância das obrigações contratuais, o valor da garantia de execução será obtido pela aplicação de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratual, conforme art. 98 da Lei nº 14.133, de 2021. Qualquer majoração do valor contratual obrigará a contratada a depositar, nas mesmas modalidades do item anterior, valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da alteração. No caso de redução do valor contratual, poderá a contratada ajustar o valor da garantia de execução, se assim o desejar.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO[8]

A contratação se dará de forma única, isso decorre do fato que há certeza quanto aos quantitativos que serão utilizados e o exato momento que serão, pelas características do objeto e das influências externas, assim, é vantajoso à Administração a contratação total do objeto da licitação de uma única vez.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS)[9]

O resultado pretendido com a contratação é suprir as necessidades da Secretaria Solicitante garantindo a economicidade, conforme ampla pesquisa na tabela SINAPI, e melhor aproveitamento dos recursos a seguir:

Os recursos humanos: haverá o aproveitamento dos servidores municipais responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e gestão contratual, especialmente do profissional de engenharia do quadro técnico do Município, garantindo o adequado controle da execução da obra.

Quanto aos materiais: a utilização dos materiais especificados em projeto e orçamento proporcionará maior durabilidade da pavimentação, redução da necessidade de intervenções corretivas e melhor desempenho da infraestrutura implantada, assegurando a adequada aplicação dos recursos públicos.

Quanto aos recursos financeiros: a contratação será realizada com base nos projetos, memoriais, planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos elaborados para a obra, observando os parâmetros referenciais de custos aplicáveis ao objeto, de modo a assegurar a economicidade, a eficiência e a obtenção da solução mais vantajosa para a Administração.

---

[7] VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;
[8] VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;
[9] IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

Como resultado final, espera-se a melhoria das condições de deslocamento da população, o fortalecimento do escoamento da produção agropecuária, a redução dos custos de manutenção da via e dos veículos que nela trafegam, bem como o desenvolvimento econômico e social da região atendida.

Por se tratar de obra comum de engenharia, os resultados pretendidos encontram-se devidamente demonstrados nos benefícios decorrentes da execução do objeto, nos termos do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS)[10]

Não há providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, visto que se trata de objeto comum e os recursos humanos do Município possibilitam a fiscalização e gestão contratual. Assim, também não há necessidade de capacitar servidores para fiscalizar e gerir o contrato (§2º do art. 18 da Lei 14.133/21).

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES[11]

Não há, no momento, contratações correlatas e/ou interdependentes, visto que se trata de objeto comum que pode ser entregue de forma independente.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS[12]

A execução da pavimentação asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ na Estrada Gleba Nove poderá gerar impactos ambientais temporários e de baixa magnitude, inerentes às atividades de movimentação de materiais, operação de máquinas e equipamentos, transporte de insumos e geração de resíduos da construção civil.

Entre os principais impactos potenciais, destacam-se a emissão de poeira e ruídos durante a execução dos serviços, a geração de resíduos sólidos decorrentes da obra e eventuais interferências temporárias no tráfego local.

Para mitigação desses impactos, a contratada deverá adotar as medidas ambientalmente adequadas, observando a legislação vigente e as boas práticas de engenharia, especialmente:

a) realizar a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pela obra, em conformidade com a legislação aplicável;
b) promover a correta segregação, acondicionamento, transporte e destinação dos resíduos da construção civil;
c) adotar medidas para controle da emissão de poeira e minimização de ruídos durante a execução dos serviços;
d) evitar o descarte de materiais, resíduos, óleos, combustíveis ou quaisquer substâncias em áreas de preservação, cursos d'água ou locais não autorizados;
e) observar todas as exigências ambientais eventualmente aplicáveis ao empreendimento.

[10] X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;
[11] XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;
[12] XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

Além dos critérios de sustentabilidade inseridos na descrição do objeto, deverão ser observadas as diretrizes constantes da Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e as disposições da Lei nº 14.133/2021, especialmente o art. 45, bem como as demais normas ambientais pertinentes.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA.[13]

Diante de tudo o que consta dos itens acima, entendo ser adequada a contratação pretendia para atendimentos às necessidades da Administração, visto que garante o cumprimento dos princípios da Administração (da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência) e aos demais contidos no art. 5º da Lei 14.133/21, em especial o princípio do interesse público, do planejamento, da eficácia, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

14. DA AFERIÇÃO DOS PADRÕES DE DESEMPENHO E QUALIDADE ALMEJADOS[14]

As especificações do objeto foram realizadas no termo de referência e nos projetos elaborados pelo departamento de engenharia, sendo que neles estão demonstrados todas os padrões de desempenho e qualidade almejados, sem prejuízos.

15. DO REGISTRO DE PREÇOS.

Não será realizado registro de preços.

16. REGIONALIZAÇÃO CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 1.006/2025.

Opta-se, nesse caso, por não regionalizar o processo licitatório, tendo em vista a natureza do objeto, pois para este tipo de aquisição ou serviço, a prática de regionalização pode limitar de forma danosa a concorrência, restringindo a participação de fornecedores de outras localidades que poderiam oferecer melhores condições de preço e qualidade. Sendo assim, para este objeto em específico, é vantajoso que haja uma competição ampla, que atraia empresas especializadas no fornecimento deste tipo de serviço ou produto, garantindo maior eficiência e melhores resultados para a administração pública.

Marquinho/PR, 09 de junho de 2026.

SERGIO LUIZ DAL PAI
Secretário Municipal de Administração

[13] XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.
[14] § 3º Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.

060009
ESTADO DO PARANÁ
Fls. 377
Mod. 143

TERMO DE CONVÊNIO Nº 095/2026

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PARANÁ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO, E O MUNICÍPIO DE MARQUINHO, COM A INTERVENIÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE, PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ESTRADAS DA INTEGRAÇÃO – DECRETO Nº 6.515/2012 – "ESTRADA BOA"

O **ESTADO DO PARANÁ**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO / FUNDO DE EQUIPAMENTO AGROPECUÁRIO DO PARANÁ – FEAP**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 41.952.307/0001-70, com sede na Rua dos Funcionários , 1559, Curitiba - PR, CEP 80035-050, doravante denominada **CONCEDENTE,** neste ato representada pela Secretária Interina da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, **CAMILA LUIZA CUNHA BERNARDO ARAGÃO**, portadora da Cédula de Identidade/RG nº 7.542.477-9 e do CPF nº 044.162.439-10, nomeada pelo decreto 9.399 de 02 de abril de 2025, e de acordo com o inciso III do art.5º da Lei 21.352/2023, residente e domiciliado(a) nesta capital, com interveniência do **SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE**, inscrito no CNPJ nº 01.450.804/0001-55, com sede na Rua Eurípedes Garcez do Nascimento, 1195, Ahú, Curitiba, PR, CEP 82540-280, neste ato representado pela Superintendente Executiva, **CAMILA MILEKE SCUCATO**, portadora do CPF nº 046.309.919-21, residente e domiciliada nesta Capital, doravante denominado **INTERVENIENTE** e o **MUNICÍPIO DE MARQUINHO**, inscrito no CNPJ/MF nº 01.612.552/0001-13, com sede na R. Sete de Setembro, S/N, Centro, CEP 85.168-000, neste ato representado pelo Prefeito, Senhor **ELIO BOLZON JÚNIOR**, inscrito no CPF/MF sob nº 061.537.579-01, doravante denominado **CONVENENTE,** tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº **24.149.893-0**, com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, na Resolução nº 028/2011-TCE-PR, regulamentada pela Instrução Normativa nº 061/2011-TCE-PR, ou outras que venham a substituí-las, na Lei Complementar nº 101/2000 e no Decreto nº 6.515, de 21 de novembro de 2012, e a Resolução Conjunta n.º 01 CC/SEFA/SEAB, **RESOLVEM** celebrar o presente **CONVÊNIO**, nos termos da delegação governamental conferida pelo art. 1º, § 6º, do Decreto nº 4.189, de 2016, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Assinatura Qualificada realizada por: **Camila Mileke Scucato** em 28/05/2026 15:54. Inserido ao protocolo **24.149.893-0** por: **Marcos Paulo Vedana** em: 28/05/2026 15:09. Demais assinaturas na folha 391a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **ad81eb91a9954bde54a4bff88d9c29d1**

Fls. 378
Mod. 143

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Constitui objeto deste Convênio a união de esforços dos partícipes para o desenvolvimento de ações que integram o Programa Estradas da Integração, instituído pelo Decreto n. º 6.515, de 21 de novembro de 2012, mediante a pavimentação de estradas rurais, do tipo **CBUQ**, contribuindo para a melhoria da trafegabilidade em benefício das populações rurais e urbanas.

1.1 Os parâmetros, a descrição da localização exata do(s) trecho(s) encontra-se detalhada no Plano de Trabalho para cumprimento do objeto, que passa a fazer parte integrante deste Convênio.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

2. Integram este Convênio, independente de transcrição, o Relatório Técnico de Vistoria (RTV), os Projetos Técnicos, o Plano de Trabalho aprovado pelas autoridades competentes e os documentos do Processo Administrativo nº **24.149.893-0**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3. O presente Convênio terá vigência de **24 (Vinte e quatro) meses** contados da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado, para cumprimento do seu objeto e prestação de contas final, podendo ser prorrogado, nos termos da lei, mediante termo aditivo.

3.1. Quando necessária a prorrogação de vigência do Convênio, a solicitação deverá ser apresentada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do seu término, acompanhada da devida justificativa.

CLÁUSULA QUARTA – DOS COMPROMISSOS E OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

4. Os **CONVENENTES** obrigam-se a cumprir todas as obrigações assumidas mediante a assinatura deste Convênio, sendo que:

4.1. Compete ao **CONCEDENTE**:

4.1.1. transferir os recursos financeiros para execução do objeto deste Convênio na forma do Plano de Aplicação, observada a sua disponibilidade financeira;

4.1.2. executar vistoria técnica inicial do local da obra, a ser implantada ou (adaptada/ adequada), inclusive, produzindo material fotográfico;

4.1.3. inserir as informações pertinentes a esse termo de convênio e a sua execução no SIT – Sistema Integrado de Transferência Voluntária do TCE – PR, ou outro que venha substituí-las;

4.1.4. dar publicidade ao Convênio no Diário Oficial do Estado e em seu sítio eletrônico oficial (da SEAB) no prazo de até 20 (vinte) dias a contar de sua assinatura;

4.1.5. realizar o acompanhamento, a fiscalização, o controle, a supervisão e a avaliação do cumprimento do objeto deste Convênio, por meio de análise de relatórios

Assinatura Qualificada realizada por: **Camila Mileke Scucato** em 28/05/2026 15:54. Inserido ao protocolo **24.149.893-0** por: **Marcos Paulo Vedana** em: 28/05/2026 15:09. Demais assinaturas na folha 391a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **ad81eb91a9954bde54a4bff88d9c29d1**

PROTOCOLO
Fls. 379
Mov. 143

acerca do seu processamento, diligências e visitas in loco, comunicando ao **CONVENENTE** quaisquer irregularidades, fixando prazo para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;

4.1.6. analisar a prestação de contas da **CONVENENTE** relativa aos valores repassados por conta deste Convênio, observados os arts. 714 e 715 do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e prestar contas aos órgãos fiscalizadores de acordo com a legislação pertinente a matéria;

4.1.7. monitorar, supervisionar, avaliar e fiscalizar o cumprimento do objeto deste Convênio, em conformidade com o Plano de Trabalho, realizando vistorias sempre que julgar conveniente, com vistas ao fiel cumprimento do ajuste;

4.1.8. notificar o **CONVENENTE,** quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou quando constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e instaurar a Tomada de Contas Especial;

4.1.9. comunicar ao **CONVENENTE** qualquer irregularidade no uso dos recursos ou outra pendência de ordem técnica, tomar medidas para suspender a liberação dos recursos e fixar prazo para saneamento ou apresentação de esclarecimentos;

4.1.10. apurar o dano, caso não sanada a irregularidade de que trata o item 4.1.8, mediante Tomada de Contas Especial, nos termos do disposto na Lei nº 20.656/2021;

4.1.11. comunicar à Controladoria-Geral do Estado do Paraná qualquer irregularidade indicada no item 4.1.5 e à Procuradoria-Geral do Estado e ao Ministério Público competente quando detectados indícios de crime ou ato de improbidade administrativa;

4.1.12. acompanhar e verificar a execução do objeto e o cumprimento dos prazos relativos à prestação de contas;

4.1.13. utilizar e determinar que seja utilizada a metodologia de supervisão, avaliação e controle definida pelo **INTERVENIENTE**;

4.1.14. prestar ao **INTERVENIENTE**, sempre que solicitado, as informações que estejam em seu poder sobre as ações realizadas no âmbito do Convênio;

4.1.15. permitir que seus servidores sejam capacitados a acessar e utilizar os sistemas do **INTERVENIENTE**, utilizados na execução do objeto conveniado;

4.1.16. atuar junto ao **CONVENENTE** para garantir a atualização de registros e cadastros, assegurando a prestação de informações e o cumprimento das etapas do Plano de Ação vinculado ao Décimo Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Gestão com celeridade e em estrito respeito à legislação;

4.1.17. efetuar o pagamento das quantias devidas ao **INTERVENIENTE** em razão do Plano de Ação na forma nele estabelecida e consoante às ações realizadas em conformidade com o objeto conveniado;

4.1.18. adotar as medidas necessárias para o fiel cumprimento do convênio, em colaboração com o **INTERVENIENTE** e o **CONVENENTE**;

Assinatura Qualificada realizada por: **Camila Mileke Scucato** em 28/05/2026 15:54. Inserido ao protocolo **24.149.893-0** por: **Marcos Paulo Vedana** em: 28/05/2026 15:09. Demais assinaturas na folha 391a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **ad81eb91a9954bde54a4bff88d9c29d1**

Fls: 380
Mov: 143

4.1.19. divulgar em sítio eletrônico oficial as informações referentes aos valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;

4.1.20. assumir ou transferir a obrigação da execução do objeto deste Convênio, no caso de paralisação ou de indícios de irregularidade, de modo a evitar sua descontinuidade;

4.1.21. emitir Termo de Conclusão atestando o término deste Termo de Convênio, o qual está condicionado ao atingimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho.

4.2. Compete ao **INTERVENIENTE**:

4.2.1. cumprir suas atribuições legais no que diz respeito à supervisão das ações a serem realizadas em razão da execução do objeto conveniado;

4.2.2. definir e disponibilizar a metodologia de supervisão, avaliação e controle sobre as ações realizadas em razão dos convênios celebrados entre a **CONCEDENTE** e o **CONVENENTE**;

4.2.3. manter, de forma íntegra, hígida e adequada todos os registros necessários à supervisão, avaliação e controle, em seus sistemas, relativos às ações em razão do objeto conveniado;

4.2.4. prestar as informações que estejam em seu controle, sempre que necessário ou solicitado, sobre as ações realizadas no âmbito do convênio;

4.2.5. capacitar e prestar auxílio aos servidores do **CONCEDENTE** e do **CONVENENTE** no acesso e uso de seus sistemas, utilizados na execução e supervisão das ações.

4.3. Compete ao **CONVENENTE**:

4.3.1. abrir e manter conta bancária específica e exclusiva em banco oficial para o recebimento e movimentação dos recursos provenientes deste Convênio;

4.3.2. aplicar os recursos financeiros recebidos da **CONCEDENTE** no objeto deste Convênio e em conformidade com o Plano de Trabalho;

4.3.3. executar, nos termos da legislação pertinente, o necessário para consecução do objeto deste Convênio, observando sempre critérios de qualidade e custo, bem como o contido no Plano de Trabalho;

4.3.4. na forma dos arts. 709, 710 e 711 do Decreto nº 10.086/2022:

a) aplicar os saldos do Convênio, enquanto não utilizados, em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos se verificar em prazos menores que um mês;

Assinatura Qualificada realizada por: **Camila Mileke Scucato** em 28/05/2026 15:54. Inserido ao protocolo **24.149.893-0** por: **Marcos Paulo Vedana** em: 28/05/2026 15:09. Demais assinaturas na folha 391a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **ad81eb91a9954bde54a4bff88d9c29d1**

b) computar as receitas financeiras auferidas na forma da alínea anterior a crédito do Convênio e aplicar, exclusivamente, no seu objeto, mediante termo aditivo e aprovação de plano de trabalho readequado, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do Convênio; e

c) devolver ao **CONCEDENTE**, quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial;

4.3.5. restituir os recursos, nos casos previstos no Decreto nº 10.086/2022, bem como de forma atualizada monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma aplicável aos débitos para com o Tesouro do Estado, quando:

a) não for executado o objeto deste Convênio;

b) não for apresentada, no prazo estipulado, a respectiva Prestação de Contas parcial ou final; e

c) os recursos forem utilizados em finalidade diversa do estabelecido neste Convênio;

4.3.6. apresentar, quando da formalização do Convênio, a Certidão Liberatória expedida pelo Tribunal de Contas, Certidão Negativa de Débitos Tributários e da Dívida Ativa Estadual, Certidão Negativa de Débitos que ateste que está em dia com o pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao **CONCEDENTE/SEAB,** Certidão Negativa de Tributos Federais/INSS, Certidão Negativa de Regularidade do FGTS, Certidão Trabalhista e documentos pertinentes ao objeto, segundo o disposto no art.679, III do Decreto Estadual nº 10.086/2022, devendo mantê-las durante toda a execução do Convênio;

4.3.7. observar e fazer observar, por seus contratados e subcontratados, se estão agindo com mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de convênio;

b) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de convênio;

c) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do convênio;

e) "prática obstrutiva": destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com

Assinatura Qualificada realizada por: **Camila Mileke Scucato** em 28/05/2026 15:54. Inserido ao protocolo **24.149.893-0** por: **Marcos Paulo Vedana** em: 28/05/2026 15:09. Demais assinaturas na folha 391a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **ad81eb91a9954bde54a4bff88d9c29d1**

PROTOCOLO
Fls. 382
Mod. 143

o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste convênio.

4.3.8. fazer constar das notas fiscais o número do Convênio seguido da sigla **SEAB/PR;**

4.3.9. iniciar a execução do Convênio em até 30 (trinta) dias após o recebimento da parcela, salvo motivo de força maior devidamente justificado ou se estabelecido de forma diversa nas etapas e execução do Plano de Trabalho;

4.3.10. observar as obrigações previstas no Decreto nº 10.086/2022 e nas Resoluções e Instruções Normativas do TCE-PR;

4.3.11. prestar contas por meio do Sistema Integrado de Transferências - SIT do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE-PR, onde deverá inserir e manter atualizadas todas as informações relativas a execução do objeto dentro do prazo estabelecido e exigidos pelo sistema;

4.3.12. garantir o livre acesso de servidores do **CONCEDENTE,** do controle interno do Poder Executivo Estadual, bem como do Tribunal de Contas do Estado do Paraná aos processos, documentos, informações referentes aos instrumentos de transferências deste Convênio e aos locais de execução do objeto;

4.3.13. movimentar os recursos do Convênio em conta específica;

4.3.14. observar que a ausência de prestação de contas, nos prazos estabelecidos, sujeitará, salvo os casos previstos em lei, a instauração de Tomada de Contas Especial, observados os arts. 233 e 234 do Regimento Interno do TCE/PR;

4.3.15. preservar todos os documentos originais relacionados com o Convênio, independentemente da apresentação da prestação de contas ou mesmo de sua aprovação, em local seguro e em bom estado de conservação, mantendo-os à disposição do Tribunal de Contas do Paraná por um prazo de 10 (dez) anos;

4.3.16. submeter-se à regulação instituída pelo gestor;

4.3.17. apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividade que demonstrem, quantitativa e qualitativamente, o atendimento do objeto deste Convênio;

4.3.18. atender à política do Programa Estradas da Integração, voltadas para a melhoria da trafegabilidade das estradas rurais;

4.3.19. cumprir todas as normas relativas à preservação do meio ambiente;

4.3.20. submeter-se à auditoria da **CONCEDENTE**, apresentando toda documentação solicitada;

4.3.21. divulgar em sítio eletrônico oficial as informações referentes aos valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto deste Convênio, extinção ou rescisão do ajuste;

4.3.22. efetuar a prestação de contas parciais dos recursos repassados de forma parcelada, correspondentes e consentâneos com o respectivo plano e cronograma, sob pena de obstar o repasse das prestações financeiras subsequentes;

Assinatura Qualificada realizada por: **Camila Mileke Scucato** em 28/05/2026 15:54. Inserido ao protocolo **24.149.893-0** por: **Marcos Paulo Vedana** em: 28/05/2026 15:09. Demais assinaturas na folha 391a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **ad81eb91a9954bde54a4bff88d9c29d1**

PROTOCOLO Fls. 383 Mod. 143

4.3.23. apresentar o Projeto Básico da obra, as Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs do projeto, dos orçamentos, da execução e da fiscalização, esta última caso a obra seja realizada por terceiro;

4.3.24. responsabilizar-se, de forma exclusiva, nas esferas civil, penal e administrativa pela gestão dos bens e pelos danos causados durante a execução do objeto deste Convênio com os recursos disponibilizados à conta específica do ajuste;

4.3.25. observar rigorosamente os prazos e as metas ajustadas no Plano de Trabalho em conformidade à legislação aplicável e ao estabelecido neste ajuste, adotando as medidas necessárias à sua plena e correta execução;

4.3.26. instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução e na gestão financeira deste ajuste, comunicando o fato ao **CONCEDENTE**;

4.3.27. executar a sinalização do trecho rural objeto do Convênio, conforme determinação legal;

4.3.28. disponibilizar para a execução das ações e atividades do projeto de pavimentação, a devida assistência técnica e operacional, além da infraestrutura necessária;

4.3.29. executar os serviços de melhorias ambientais, bem como providenciar o Licenciamento Ambiental de forma prévia à celebração deste Convênio;

4.3.30. entregar, até o **10.º (décimo) dia útil do mês subsequente**, ao gestor do **CONCEDENTE**, uma cópia da medição devidamente assinada pelo engenheiro fiscal indicado pelo **CONVENENTE**;

4.3.31. se for o caso, providenciar as desapropriações, bem como os respectivos pagamentos.

4.3.32. executar a obra em conformidade com as planilhas de serviços, a folha resumo para fechamento de orçamento e cronograma físico da obra aprovados quando da formalização do Convênio;

4.3.33. designar para fiscalização do convênio servidor com prerrogativa profissional compatível ao objeto conveniado e, em havendo substituição, informar o **CONCEDENTE** desde logo;

4.3.34. assegurar que a empresa contratada executora atenda às normas de segurança no trabalho individual e coletivo, conforme orientação da legislação pertinente;

4.3.35. garantir que os serviços e engenharia executados em desacordo com os elementos técnicos deverão ser corrigidos pela contratada executora;

4.32.36. Após a homologação de licitação de obra ou serviço de engenharia ou arquitetura que envolva recursos transferidos por meio deste Convênio, o MUNICÍPIO compromete-se a apresentar ao **CONCEDENTE** declaração de que observou, no que couber e sem prejuízo das normas locais aplicáveis, as boas práticas relativas à elaboração do orçamento de referência, à formação dos preços das propostas e à celebração de aditivos, especialmente aquelas previstas no Título III e no Artigo 680

Assinatura Qualificada realizada por: **Camila Mileke Scucato** em 28/05/2026 15:54. Inserido ao protocolo **24.149.893-0** por: **Marcos Paulo Vedana** em: 28/05/2026 15:09. Demais assinaturas na folha 391a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **ad81eb91a9954bde54a4bff88d9c29d1**

do Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, como referência técnica orientadora.

4.3.37. Na execução das obras, juntamente com a medição da última parcela, deverão ser encaminhados os seguintes documentos:

4.3.37.1. Termo de Recebimento Provisório;

4.3.37.2. CND – Certidão Negativa de Débitos da Receita Federal, referente à obra.

4.3.38. comunicar ao Fiscal e ao Gestor do Convênio, com antecedência de 5 (cinco) dias úteis, a pretensão pelo início efetivo das obras exigir da empresa contratada para executar o objeto deste convênio que efetue a inscrição da obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO;

4.3.39. responsabilizar-se pela estrutura que permita acompanhar e fiscalizar a execução do objeto.

4.3.40. arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros repassados pelo **CONCEDENTE**;

CLÁUSULA QUINTA - RECURSOS FINANCEIROS

5.1. Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio, que totalizam o valor de **R$12.883.601,85 *(doze milhões, oitocentos e oitenta e três mil, seiscentos e um reais e oitenta e cinco centavos)***, serão empregados conforme o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho.

5.2. O valor que será repassado pelo **CONCEDENTE: R$12.883.601,85 *(doze milhões, oitocentos e oitenta e três mil, seiscentos e um reais e oitenta e cinco centavos)***, tem a seguinte classificação orçamentária: **6560.20.608.22.8245 – Estradas da Integração**; natureza da despesa nº **4440.42.01 – Auxílio a Municípios,** fonte de recursos **n.º 500 – Recursos não Vinculados de Impostos; 501 – Outros Recursos não Vinculados; 708 – Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais; 709 – Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos; 720 - Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997; e 759 – Recursos Vinculados a Fundos.**

CLÁUSULA SEXTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

6.1. Os recursos do **CONCEDENTE**, que serão destinados à execução do objeto deste Convênio, serão transferidos para a conta bancária específica vinculada a este Convênio, de titularidade do **CONVENENTE**, a qual deverá ser aberta em instituição financeira oficial;

6.2. O valor do Convênio só poderá ser aumentado se ocorrer a ampliação do objeto capaz de justificá-lo, dependendo da apresentação e aprovação prévia pelo **CONCEDENTE** de projeto adicional detalhado, da comprovação da fiel execução das etapas anteriores e da devida prestação de contas, sendo formalizado mediante termo aditivo;

Assinatura Qualificada realizada por: **Camila Mileke Scucato** em 28/05/2026 15:54. Inserido ao protocolo **24.149.893-0** por: **Marcos Paulo Vedana** em: 28/05/2026 15:09. Demais assinaturas na folha 391a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **ad81eb91a9954bde54a4bff88d9c29d1**

PROTOCOLO
Fls. 385
Mod. 143
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

6.3 A liberação de recursos financeiros deve obedecer ao cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho e guardar consonância com as fases ou etapas de execução do objeto do ato de transferência voluntária;

6.4. Os recursos financeiros repassados em razão do Convênio não perdem a natureza de dinheiro público, ficando a sua utilização vinculada aos termos previstos no ajuste e devendo o **CONVENENTE**, obrigatoriamente, prestar contas ao Estado do Paraná e ao Tribunal de Contas do Estado;

6.5. Toda a movimentação de recursos, no âmbito do Convênio, será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária;

6.6. O CONVENENTE deverá realizar os pagamentos mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores.

6.7. Na hipótese de os recursos não serem suficientes à consecução do objeto, a complementação será aportada pelo **CONVENENTE**, na forma de contrapartida, depositada e utilizada na mesma conta do Convênio;

6.8. A utilização do saldo de economicidade e dos rendimentos de aplicações financeiras para ampliação do objeto dependerá de autorização do **CONCEDENTE** e deverá ser formalizada mediante termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS E SUAS VEDAÇÕES

7.1. É vedado(a):

7.1.1. a realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

7.1.2. a realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

7.1.3. a cessão, o transpasse ou transferência a terceiros da execução do objeto do Convênio;

7.1.4. o pagamento, a qualquer título, com recursos da transferência, de servidor ou empregado integrante de quadro de pessoal da administração pública, direta ou indireta, por quaisquer serviços, inclusive de consultoria ou de assistência técnica, ressalvadas as hipóteses previstas em Lei;

7.1.5. o pagamento de profissionais não vinculados à execução do objeto do Convênio;

7.1.6. a aplicação dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no termo, ainda que em caráter de emergência;

7.1.7. a realização de despesas em data anterior, ou posterior, à sua vigência;

7.1.8. efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento pactuado, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência, a respectiva causa tenha sido justificada e os recursos financeiros para pagamento constem no plano de aplicação ou instrumento equivalente;

Assinatura Qualificada realizada por: **Camila Mileke Scucato** em 28/05/2026 15:54. Inserido ao protocolo **24.149.893-0** por: **Marcos Paulo Vedana** em: 28/05/2026 15:09. Demais assinaturas na folha 391a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **ad81eb91a9954bde54a4bff88d9c29d1**

PROTOCOLO Fls. 386 Mod. 143 GOVERNO DO ESTADO

7.1.9. a atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos;

7.1.10. a realização de despesa com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, que esteja diretamente vinculada com o objeto do Convênio e da qual não constem nomes, símbolos, imagens ou quaisquer referências que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos;

7.1.11. a transferência de recursos para associações de servidores ou a quaisquer entidades de benefício mútuo, destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

7.1.12. a transferência de recursos às entidades privadas sem fins lucrativos que tenham como dirigentes ou controladores:

a) membros do Poder Executivo do Concedente dos recursos ou do Legislativo Municipal ou Estadual, conforme o caso, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau

b) servidor público vinculado ao Poder Executivo do Concedente dos recursos ou do Legislativo Municipal ou Estadual, conforme o caso, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau, salvo se comprovada a inexistência de conflito com o interesse público.

7.1.13. estabelecer contrato ou convênio com entidades impedidas de receber recursos estaduais para consecução do objeto do Convênio; e

7.1.14. a celebração de outros convênios com o mesmo objeto deste, exceto ações complementares.

7.2. Havendo indícios de irregularidades na execução do Convênio, poderá haver a suspensão do repasse de recursos financeiros, mediante justificativa idônea, até que as irregularidades sejam efetivamente apuradas por meio de procedimento administrativo que confira ampla defesa ao convenente.

CLÁUSULA OITAVA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

8.1. O CONVENENTE deverá observar, quando da contratação de terceiros vinculada à execução do objeto deste convênio, as disposições contidas na Lei Geral de Licitações e demais normas pertinentes às licitações e contratos administrativos.

8.2. A celebração de contrato entre **o CONVENENTE** e terceiros não acarretará, sob qualquer hipótese, responsabilidade direta, solidária ou subsidiária do **CONCEDENTE**, vínculo funcional ou empregatício e, tampouco, transferência de responsabilidade pelo pagamento de encargos civis, trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais, comerciais, assistenciais e de outra natureza.

CLÁUSULA NONA - DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

9.1. A fiscalização e a gestão do convênio não se confundem com a atividade de fiscalização e gestão do contrato firmado pelo partícipe para execução do objeto do convênio.

Assinatura Qualificada realizada por: **Camila Mileke Scucato** em 28/05/2026 15:54. Inserido ao protocolo **24.149.893-0** por: **Marcos Paulo Vedana** em: 28/05/2026 15:09. Demais assinaturas na folha 391a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **ad81eb91a9954bde54a4bff88d9c29d1**

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 387
Mod. 143

9.1.1. os levantamentos decorrentes do acompanhamento, monitoramento e fiscalização na execução das obras nos trechos das estradas rurais, serão registrados em relatórios de acompanhamento e inspeção, os quais serão considerados nas análises e conclusões dos pareceres técnicos e de gestão relacionados à realização do objeto, conforme acordado no Plano de Trabalho.

9.2. Fica designado(a) o(a) servidor(a) **Jorge Schipansky**, portador(a) da Cédula de Identidade/RG nº 5.104.377-4 e do CPF nº 798.629.699-20, como fiscal do Convênio, observados os requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021, para acompanhar e fiscalizar a execução deste Convênio e dos recursos repassados, por meio de visitas in loco, material fotográficos e documentos previstos no art. 21 da Resolução nº 28/TCE/PR.

9.3. Fica indicado(a) como gestor(a) do Convênio **Loreni de Azevedo de Oliveira**, portador(a) da Cédula de Identidade/RG nº 8.275.765-1 e do CPF nº 035.233.629-38.

9.4. Compete ao fiscal do Convênio, nos termos do art. 701 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, além de outras atribuições previstas na legislação e neste instrumento:

9.4.1. ensejar as ações para que a execução física e financeira do ajuste ocorra conforme previsto no plano de trabalho;

9.4.2. acompanhar a execução do Convênio, responsabilizando-se pela avaliação de sua eficácia;

9.4.3. verificar a adequação da aquisição de bens e a execução dos serviços, observando o estabelecido no ajuste e a compatibilidade da qualidade e quantidade apresentada pela ENTIDADE com o efetivamente entregue ou executado;

9.4.4. prestar, sempre que solicitado, informações sobre a execução do Convênio;

9.4.5. analisar e aprovar, de forma fundamentada e justificada em relatórios técnicos, as eventuais readequações do plano de trabalho e no caso de obras e serviços de engenharia, nos projetos básicos, quando houver modificação dos projetos de engenharia e das especificações dos serviços;

9.4.6. emitir termo de conclusão atestando o término do ajuste;

9.4.7. anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados; e

9.4.8. informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

9.4.9 na hipótese de contratação de terceiros para assistir e subsidiar com informações pertinentes à atribuição do fiscal do convênio, nos termos do art. 702, do Decreto nº 10.086/2022, ao contratado é vedado o exercício de atribuições privativas do fiscal do convênio, e ainda:

a) o contratado assumirá a responsabilidade civil objetiva pela veracidade e precisão das informações que fornecer, devendo, para tanto, firmar termo de compromisso de confidencialidade;

Assinatura Qualificada realizada por: **Camila Mileke Scucato** em 28/05/2026 15:54. Inserido ao protocolo **24.149.893-0** por: **Marcos Paulo Vedana** em: 28/05/2026 15:09. Demais assinaturas na folha 391a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **ad81eb91a9954bde54a4bff88d9c29d1**

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 388
Mov. 143

b) a contratação não exime o fiscal do convênio de sua responsabilidade, que se limita às informações prestadas pelo terceiro.

9.5. Compete ao gestor do Convênio, nos termos do art. 700 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, além de outras atribuições previstas na legislação e neste instrumento:

9.5.1. zelar para que a documentação do ajuste esteja em conformidade com a legislação aplicada desde a sua proposta até a aprovação da prestação de contas;

9.5.2. atuar como interlocutor do órgão responsável pela celebração do ajuste;

9.5.3. controlar os saldos de empenhos do Convênio;

9.5.4. verificar o cumprimento dos prazos de prestação de contas do Convênio, efetuar as devidas análises e encaminhar os respectivos documentos ao ordenador de despesa, para deliberação;

9.5.5. inserir os dados do Convênio, quando couber e não houver setor responsável por estas atribuições, no Sistema Integrado de Transferências - SIT do Tribunal de Contas do Estado do Paraná ou, no caso de Convênio com recursos federais, nos Sistema do Tribunal de Contas da União; e

9.5.6. zelar pelo cumprimento integral do ajuste.

9.6. Os parâmetros objetivos de referência para avaliação do cumprimento do objeto conveniado observará o estabelecido no plano de trabalho, que integra este convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES

10. Este Termo de Convênio poderá ser alterado mediante termo aditivo, devendo o seu extrato ser publicado no Diário Oficial do Estado e nos respectivos sítios oficiais eletrônicos, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da assinatura do termo.

10.1 A alteração do Convênio dependerá de prévia aprovação de plano de trabalho readequado, da comprovação da execução das etapas anteriores com a devida prestação de contas e da compatibilidade com o objeto do ajuste.

10.2. A readequação do Plano de Trabalho deverá ser previamente apreciada pelo setor técnico estadual e submetida à aprovação da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

11.1. As prestações de contas parciais do **CONVENENTE** à **CONCEDENTE** deverão ser apresentadas a cada 12 (doze) meses contados da publicação do extrato do convênio, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias do termo do citado prazo.

11.2. Para a prestação de contas parcial e final, deverão ser apresentados seguintes documentos:

11.2.1. relatório de execução e/ou cumprimento do objeto;

Assinatura Qualificada realizada por: **Camila Mileke Scucato** em 28/05/2026 15:54. Inserido ao protocolo **24.149.893-0** por: **Marcos Paulo Vedana** em: 28/05/2026 15:09. Demais assinaturas na folha 391a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **ad81eb91a9954bde54a4bff88d9c29d1**

11.2.2. notas e comprovantes fiscais, contendo o seguinte: data dos documentos, compatibilidade entre o emissor e os pagamentos efetuados, valor, aposição de dados do MUNICÍPIO e número deste Convênio;

11.2.3. comprovação de que prestou contas parciais ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, diretamente no Sistema Integrado de Transferências.

11.2.4. relação das ações realizadas, em conformidade com as etapas ou fases de execução previstas no Plano de Trabalho.

11.3. Quando não houver a prestação de contas parcial, que comprove a boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, serão retidas as parcelas seguintes, até o efetivo cumprimento da obrigação.

11.4. A prestação de contas final dos recursos financeiros transferidos e dos rendimentos de aplicações, deverá ser apresentada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do término de sua vigência, em conformidade com o Plano de Trabalho, contendo além dos documentos elencados no item 11.2:

11.4.1. relatório de cumprimento do objeto, no qual constem especificadas as metas atingidas e os resultados alcançados em conformidade ao Plano de Trabalho;

11.4.2. resumo informando em ordem cronológica os bens adquiridos e as despesas realizadas com respectivos valores, acompanhado das notas e comprovantes fiscais, sem rasuras ou borrões e observada a inscrição dos dados do **CONVENENTE** e a identificação deste Convênio;

11.4.3. comprovação de ter prestado contas parciais diretamente no Sistema Integrado de Transferências do TCE-PR.

11.4.4. comprovante da devolução do saldo de recursos, se houver.

11.5. Quando as prestações de contas não forem apresentadas nos prazos estabelecidos, o **CONVENENTE** terá o prazo de até 30 (trinta) dias para a devolução dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação, atualizados monetariamente, acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

11.6. Se, ao término dos prazos estabelecidos, o **CONVENENTE** não prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná ou à Administração Pública, bem como não devolver os recursos, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial e deverão ser adotadas todas as medidas necessárias para a reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

11.7. Caberá, ao gestor do Convênio, emitir parecer técnico de análise das prestações de contas apresentadas à Administração Pública.

11.8. A **CONCEDENTE** terá o prazo de 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento, para analisar as prestações de contas, com fundamento nos pareceres técnicos expedidos pelas áreas administrativas competentes.

Assinatura Qualificada realizada por: **Camila Mileke Scucato** em 28/05/2026 15:54. Inserido ao protocolo **24.149.893-0** por: **Marcos Paulo Vedana** em: 28/05/2026 15:09. Demais assinaturas na folha 391a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **ad81eb91a9954bde54a4bff88d9c29d1**

PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO Fls. 390 Mod. 143

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS AO TRIBUNAL DE CONTAS

12.1. A prestação de contas tratada na Cláusula Décima Primeira não dispensa o dever do **CONVENENTE** de prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO DO CONVÊNIO

13.1 Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à SEAB, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos.

13.2 O **CONCEDENTE** deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data do evento, providenciar o cancelamento dos saldos de empenho.

13.3 O Convênio poderá ser denunciado a qualquer tempo, sendo que no caso de algum dos partícipes já tenha se comprometido financeiramente com a sua meta convenial, eventual não cumprimento do avençado pela outra parte que prejudique a funcionalidade do objeto pretendido permitirá que seja ajustada uma forma de compensação dos possíveis prejuízos entre os partícipes.14.4 O presente Convênio será rescindido em caso de:

a) inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;

b) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado;

c) aplicação de recursos fora das hipóteses ajustadas;

d) verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial;

e) dano ao erário, exceto se houver devolução dos recursos devidamente corrigidos, sem prejuízo da continuidade da apuração, por procedimentos administrativos próprios, quando identificadas outras irregularidades decorrentes do ato praticado;

f) nos demais casos previstos em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

14.1. A eficácia deste Convênio ou dos aditamentos fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado e no sítio eletrônico oficial da SEAB, a qual deverá ser providenciada por esta, na forma do art. 686 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

14.1.1. A **CONCEDENTE** e a **CONVENENTE** deverão disponibilizar, por meio da internet, consulta ao extrato deste Convênio, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, as datas, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto

Assinatura Qualificada realizada por: **Camila Mileke Scucato** em 28/05/2026 15:54. Inserido ao protocolo **24.149.893-0** por: **Marcos Paulo Vedana** em: 28/05/2026 15:09. Demais assinaturas na folha 391a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **ad81eb91a9954bde54a4bff88d9c29d1**

PROTOCOLO REGISTRADO NO SISTEMA
Fls. 391
Mod. 143

pactuado, ou inserir "link" em sua página eletrônica oficial que possibilite acesso direto ao portal de Convênio;

14.1.2. A **CONCEDENTE** e a **CONVENENTE** deverão divulgar, em sítio eletrônico oficial, as informações referentes aos materiais ou valores equivalentes devolvidos, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. Fica estabelecido o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para dirimir as controvérsias decorrentes da execução deste convênio, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. A execução física da obra deverá ser iniciada até o dia 03 de julho de 2026, e caso não seja, a transferência dos recursos somente ocorrerá após o término do prazo previsto no inciso VI, alínea a, do art. 73 da Lei n° 9.504/1997.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado e assinado pelos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

ASSINATURA DIGITAL
Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão,
Secretária Interina
Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

ASSINATURA DIGITAL
Elio Bolzon Júnior
Prefeito(a) de Marquinho.

ASSINATURA DIGITAL
Camila Mileke Scucato,
Superintendente Executiva PARANACIDADE

Assinatura Qualificada realizada por: **Camila Mileke Scucato** em 28/05/2026 15:54. Inserido ao protocolo **24.149.893-0** por: **Marcos Paulo Vedana** em: 28/05/2026 15:09. Demais assinaturas na folha 391a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **ad81eb91a9954bde54a4bff88d9c29d1**

ePROTOCOLO

PROTOCOLO
Fls. 391a
Visto 143
INTEGRADO DO ESTADO

Documento: **Termo0952026Marquinho24.149.8930PavimentacaoCBUQEP.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Camila Mileke Scucato** em 28/05/2026 15:54, **Elio Bolzon Junior** em 28/05/2026 16:05, **Camila Luiza Cunha Bernardo Aragao** em 28/05/2026 16:36.

Inserido ao protocolo **24.149.893-0** por: **Marcos Paulo Vedana** em: 28/05/2026 15:09.

Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código:

000025
PROTOCOLO INTERESSADO DO ESTADO
Fls. 392
Mov. 144

Procuradoria Geral do Estado

ESTADO DO PARANA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
EXTRATO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2026
SEAP/DECON, PREGÃO ELETRÔNICO 90002/2026 – TRF4
Protocolo nº 25.724.256-0

AUTORIZO celebração do contrato (mov. 45), a ser firmado entre o Estado do Paraná, por meio da Procuradoria-Geral do Estado, e a empresa FINATTO COMÉRCIO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 29.236.209/0001-30, tendo como objeto a aquisição de 01 (uma) impressora colorida multifuncional (Kyocera Taskalfa 3554 ci), pelo valor total de R$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais), proveniente da adesão à Ata de Registro de Preços n.º 2/2026, oriunda do Pregão Eletrônico nº 90002/2026 – TRF4 (Item 3), para atender as demandas da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná, pelo período de vigência de 50 (cinquenta) meses e com garantia técnica de 48 (quarenta e oito) meses. A despesa correrá por conta da dotação orçamentária 1960.0309208.8029, nos termos da Informação n.º 113/2026 – NAS (mov. 48), Despacho de Ratifico n.º 092/2026 – Chefia NAS (mov. 49), Despacho n.º 98/2026 - Apoio Jurídico e de Gestão no Âmbito do NAS (mov. 50), Despacho n.º 653/2026 – DG/PGE (mov. 51) e Despacho n.º 080/2026 – Tesoureiro FEPGE (mov. 52), com fundamento no art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 314 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

Curitiba, 29 de maio de 2026.

Luciano Borges dos Santos
Procurador-Geral do Estado

70259/2026

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DO ACORDO PARA INDENIZAÇÃO DAS REFORMAS DO IMÓVEL - CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 2296/2024
PROTOCOLO Nº: 25.597.902-7

Na data de 18 de maio de 2026 em comum acordo, foi determinado o valor de R$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais) como forma de indenização para as reformas referentes ao imóvel localizado na Rua Tapajós, 152 - 11º andar - salas 1102/1103, CEP: 85.501-045, Bairro Centro, Pato Branco/PR e está registrado no 2º Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco, sob os nºs 33.552 (sala 1102), 33.553 (sala 1103) e 33.563 (garagem nº 11) e que era ocupado pela Procuradoria Regional de Pato Branco, conforme orçamento anexo, dando portanto o LOCADOR ampla e geral quitação, quanto ao recebimento do imóvel.

Luciano Borges dos Santos
Procuradoria Geral do Estado do Paraná.

70402/2026

Controladoria Geral do Estado

DESPACHO Nº 283/2026 – DG/CGE

Protocolo: 25.577.349-6
Assunto: Prorrogação de Prazo Contrato Jumper

AUTORIZO, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021; no Decreto nº 10.086, de 2022; no inc.VI, do art. 4º da Lei nº 21.352, de 2023; nos §3º e §5º do art. 1º do Decreto nº 4.189, de 2016; no art. 39 do Decreto nº 12.608, de 2025; na Resolução CGE Nº 119/2025; no Memorando nº 73/2026-NAS/CGE (mov.2); na Informação nº 65/2026 NFS/CGE (mov.20); na DAD nº 65/2026 de (mov.21) e na Informação nº 54/2026-AT/CGE (mov.47), que atestaram a regularidade formal do procedimento com o cumprimento dos critérios necessários para a realização da Despesa e contratação da empresa **JUMPER SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº **26.886.266/0004-10**, que tem por objeto a contratação de serviços contínuos de vigilância desarmada, com seus respectivos "uniformes e EPI's", por meio da metodologia de contratação por postos trabalho com dedicação exclusiva de mão de obra e pela metodologia de contratação por horas de trabalho, conforme necessidade do órgão, para atendimento da demanda da Controladoria-Geral do
Estado, com valor total estimado de R$ 166.099,56 (cento e sessenta e seis mil, noventa e nove reais e cinquenta e seis centavos).

As despesas desta contratação correrão à conta a Dotação Orçamentária 1602.04.122.07.8365 – Gestão da Controladoria Geral do Estado- CGE, na fonte 500 – Recurso Não Vinculado de Impostos; Natureza de Despesa: 33.90.37.02 – Locação de Mão-de-Obra – Guarda e Vigilância.

CONDICIONO ao cumprimento da legislação vigente, devendo o NAS/CGE proceder ao apensamento destes autos e prorrogações que eventualmente forem formalizadas no protocolo em que consta a celebração do contrato originário. É de responsabilidade do NAS/CGE, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização da presente contratação, como na realização da despesa, verificar a validade das habilitações fiscais e trabalhistas, e das consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS).

Encaminhe-se ao NAS/CGE para providências necessárias.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

Anna Karina Moreira Braguinia
Diretora-Geral
Controladoria Geral do Estado

69895/2026

Secretarias de Estado

Secretaria da Administração e da Previdência

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA - SEAP
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA PARA CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - DECON
EXTRATO DO 6º ADITIVO
ATA SRP PREGÃO ELETRÔNICO Nº 318/2024

PROTOCOLO: 25.904.042-6
OBJETO: Prestação de Serviços de fornecimento de alimentação para os Jogos Oficiais do Paraná/2024
INTERESSADO: LUV ALIMENTAÇÃO E EVENTOS LTDA.
MOTIVO: Reajuste de valor do registro de preços dos lotes 6, 8 e 11, nos termos do art. 291, I e art. 292, VIII, do Decreto Estadual nº 10.086/2022.
Demais informações estão à disposição no sítio do Governo do Estado www.comprasparana.pr.gov.br SEAP/DECON/DAA

65592/2026

Secretaria da Agricultura e do Abastecimento

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E Do ABASTECIMENTO –SEAB.
PROTOCOLO: 24.783.960-7
DOCUMENTO: 17º Termo Aditivo ao Contrato nº AMB/005/2013.
CONTRATADA: ÁGUIA FLORESTAL INDÚSTRIA DE MADEIRAS LTDA.
NÚMERO DA LICITAÇÃO: Chamada Pública nº 1/2012.
OBJETO DO CONTRATO: a complementação do § 2º da Cláusula Sexta do Contrato Particular nº 005/2013
OBJETO DO TERMO ADITIVO: a complementação do § 2º da Cláusula Sexta do Contrato Particular nº 005/2013 de Constituição de Parceria para a implantação e condução de Projetos de Reflorestamento de Pinus, na localidade denominada Caçador, distrito de Itaiacoca, no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.
DATA: 26/05/2026.
Firmados por Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão, Secretária de Estado interina e Álvaro Luiz Scheffer, representante da Águia Florestal Ind. de Madeiras Ltda.

70353/2026

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO

OBJETO: Pavimentação em CBUQ
INSTRUMENTO: Termo de Apostilamento ao Termo Aditivo ao Convênio nº 888/2025.
CONVENENTE: Itapejara D'Oeste
PROTOCOLO: 25.771.084-0
INTERVENIENTE: Paranacidade
ASSINATURAS: Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão – Secretária Interina SEAB.
DATA DA ASSINATURA: 29/05/2026.

APOSTILAMENTO: Retificar a data de vigência, presente na cláusula segunda do Termo Aditivo ao Convênio nº **888/2025**, em razão de erro material quando da digitação do ajuste; **onde se lê**: "Fica prorrogada a vigência do Convênio pelo prazo de **12 (doze) meses**, a partir de **10/06/2026** até **10/06/2027**". **Leia-se**: "Fica prorrogada a vigência do Convênio pelo prazo de **12 (doze) meses**, a partir de **15/06/2026** até **15/06/2027**".

70364/2026

EXTRATOS DE TERMOS DE CONVÊNIOS

OBJETO: Pavimentação de Estradas Rurais – CBUQ – Programa Estradas da Integração.
INSTRUMENTO DE TRANSFERÊNCIA: Termo de Convênio nº 095/2026.
CONVENENTE: Marquinho
INTERVENIENTE: Paranacidade

Inserido ao protocolo **24.149.893-0** por: **Marcos Paulo Vedana** em: 03/06/2026 08:54. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **908b1c7e06c5bd03ef486acbc8021774**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, de garante que autenticidade deste documento, desde que recuperado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

PROTOCOLO Fls. 393 Mod. 144 DO ESTADO

PROTOCOLO: 24.149.893-0
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022 e Decreto nº 6.515/2012.
ASSINATURAS: Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão – Secretária Interina SEAB; Elio Bolzon Júnior – Prefeito.
DATA DA ASSINATURA: 28/05/2026.
VIGÊNCIA: 24 (vinte e quatro) meses.
VALOR: CONCEDENTE: R$ 12.883.601,85.

OBJETO: Pavimentação de Estradas Rurais – CBUQ – Programa Estradas da Integração – "Estrada Boa" e o Programa Rota do Progresso.
INSTRUMENTO DE TRANSFERÊNCIA: Termo de Convênio nº 097/2026.
CONVENENTE: Cantagalo
INTERVENIENTE: Paranacidade
PROTOCOLO: 22.821.340-3
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto nº 7.794/2024 e Decreto nº 6.515/2012.
ASSINATURAS: Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão – Secretária Interina SEAB; João Konjunski – Prefeito.
DATA DA ASSINATURA: 28/05/2026.
VIGÊNCIA: 18 (dezoito) meses.
VALOR: CONCEDENTE: R$ 6.076.746,60.

70370/2026

Secretaria da Comunicação

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO - SECOM
EXTRATO DO CONTRATO nº 4862/2026 - GMS

PROTOCOLO: 24.776.345-7
MODALIDADE: CONC-p 04.2025 SECOM
CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Comunicação - SECOM
CONTRATADA: IN PRESS ASSESSORIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA LTDA
OBJETO: Constitui o objeto deste contrato a prestação de serviços de Assessoria de Comunicação Institucional para a Secretaria de Estado das Cidades, na qualidade de Unidade Setorial do SICOM, para apoio e atendimento específico no que concerne às ações, projetos e programas da SECID.
VALOR TOTAL: R$ 1.346.301,12 (um milhão, trezentos e quarenta e seis mil, trezentos e um reais e doze centavos).
Vigência: O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, a partir de 01/06/2026 até 31/05/2027.
Autorizado por: Sr. Cleber de Oliveira Mata, Secretário de Estado da SECOM, em 25/05/2026.
Assinado em: 28/05/2026 pelo Sr. Cleber de Oliveira Mata, Secretário de Estado da SECOM, e na mesma data pelo representante legal da empresa.

70095/2026

Secretaria do Desenvolvimento Social e Família

EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 342/2026 – EDITAL 005/2024

Protocolo: 25.758.640-5
Partícipes: O Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e o **INSTITUTO BOURBON DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL.**
Objeto: Constitui objeto desta parceria a conjugação de esforços entre a administração pública e a Organização da Sociedade Civil, para a implementação de ações voltadas à prevenção, promoção, defesa e/ou garantia dos direitos de crianças e adolescentes, além do fortalecimento da rede socioassistencial da política da criança e do adolescente no Estado Paraná, **no Eixo 4. Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer**, para a realização do projeto "ARTE EM MOVIMENTO", conforme plano de trabalho anexo, o qual é parte integrante e indissociável deste termo de parceria.
Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data da publicação.
Valor: R$ 298.577,42 (duzentos e noventa e oito mil, quinhentos e setenta e sete reais e quarenta e dois centavos).
Dotação Orçamentária: 06166.6166.08.243.29.8418 – Políticas Públicas da Criança e do Adolescente, Natureza de Despesa 3350.4100 – Contribuições, Subelemento 4102 – Contribuições a Entidades - Custeio, Natureza de Despesa 4450.42 – Auxílios, Subelemento 4202 – Auxílios a Entidades – Investimento, Fonte 761 – Recursos Vinculados ao fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, Fonte Detalhada 150 – FIA/TAC.
Autorizado em: 06/05/2026
Assinado: 28/05/2026.

EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 344/2026 – EDITAL 005/2024

Protocolo: 25.749.619-8
Partícipes: O Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RIBEIRÃO CLARO.**
Objeto: Constitui objeto desta parceria a conjugação de esforços entre a administração pública e a Organização da Sociedade Civil, para a implementação de ações voltadas à prevenção, promoção, defesa e/ou garantia dos direitos de crianças e adolescentes, além do fortalecimento da rede socioassistencial da política da criança e do adolescente no Estado Paraná, **no Eixo 4. Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer**, para a realização do projeto "MÚSICA PARA TODOS", conforme plano de trabalho anexo, o qual é parte integrante e indissociável deste termo de parceria.
Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data da publicação.
Valor: R$ 162.739,50 (cento e sessenta e dois mil, setecentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos).
Dotação Orçamentária: 06166.6166.08.243.29.8418 – Políticas Públicas da Criança e do Adolescente, Natureza de Despesa 3350.4100 – Contribuições, Subelemento 4102 – Contribuições a Entidades - Custeio, Natureza de Despesa 4450.42 – Auxílios, Subelemento 4202 – Auxílios a Entidades – Investimento, Fonte 761 – Recursos Vinculados ao fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, Fonte Detalhada 150 – FIA/TAC.
Autorizado em: 08/05/2026
Assinado: 29/05/2026.

EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 346/2026 – EDITAL 005/2024

Protocolo: 25.837.430-4
Partícipes: O Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e a **CASA DA CRIANÇA RECANTO FELIZ.**
Objeto: Constitui objeto desta parceria a conjugação de esforços entre a administração pública e a Organização da Sociedade Civil, para a implementação de ações voltadas à prevenção, promoção, defesa e/ou garantia dos direitos de crianças e adolescentes, além do fortalecimento da rede socioassistencial da política da criança e do adolescente no Estado Paraná, **no Eixo 4. Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer**, para a realização do projeto "TRANSFORMANDO VIDAS, CONSTRUINDO FUTUROS", conforme plano de trabalho anexo, o qual é parte integrante e indissociável deste termo de parceria.
Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data da publicação.
Valor: R$ 274.590,00 (duzentos e setenta e quatro mil e quinhentos e noventa reais).
Dotação Orçamentária: 6166.08.243.29.8418 – Políticas Públicas da Criança e do Adolescente Natureza da Despesa 4450.42 – Auxílios – Subelemento 4202 – Auxílios a Entidades – Investimento Fonte de Recursos 761 – Recursos Vinculados ao fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, Fonte Detalhada 150 – FIA/TAC.
Autorizado em: 11/05/2026
Assinado: 28/05/2026.

EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 347/2026 – EDITAL 005/2024

Protocolo: 25.751.896-5
Partícipes: O Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e a **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE ENCONTRO COM DEUS – BELEZA ESCONDIDA.**
Objeto: Constitui objeto desta parceria a conjugação de esforços entre a administração pública e a Organização da Sociedade Civil, para a implementação de ações voltadas à prevenção, promoção, defesa e/ou garantia dos direitos de crianças e adolescentes, além do fortalecimento da rede socioassistencial da política da criança e do adolescente no Estado Paraná, **no Eixo 2. Direito à Liberdade ao Respeito e à Dignidade**, para a realização do projeto "FILHOS DO MUNDO", conforme plano de trabalho anexo, o qual é parte integrante e indissociável deste termo de parceria.
Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data da publicação.
Valor: R$ 261.228,08 (duzentos e sessenta e um mil, duzentos e vinte e oito reais e oito centavos).
Dotação Orçamentária: 6166.08.243.29.8418 – Políticas Públicas da Criança e do Adolescente, Natureza de Despesa 3350.4100 – Contribuições, Subelemento 4102 – Contribuições a Entidades - Custeio, Natureza de Despesa 4450.42 – Auxílios, Subelemento 4202 – Auxílios a Entidades – Investimento, Fonte 761 – Recursos Vinculados ao fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, Fonte Detalhada 150 – FIA/TAC.
Autorizado em: 13/05/2026
Assinado: 26/05/2026.

EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 348/2026 – EDITAL 005/2024

Protocolo: 25.695.341-2
Partícipes: O Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e a **A ASSOCIAÇÃO CASA DE ACOLHIMENTO ANJO DA GUARDA.**
Objeto: Constitui objeto desta parceria a conjugação de esforços entre a administração pública e a Organização da Sociedade Civil, para a implementação de ações voltadas à prevenção, promoção, defesa e/ou

Inserido ao protocolo **24.149.893-0** por: **Marcos Paulo Vedana** em: 03/06/2026 08:54. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **908b1c7e06c5bd03ef486acbc8021774**

PARECER TÉCNICO DE ENGENHARIA

O Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de Marquinho, vem por meio deste, apresentar manifestação referente à solicitação de licitação de "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE – CBUQ NA ESTRADA GLEBA NOVE PELO PROGRAMA ESTRADAS DA INTEGRAÇÃO - PEI CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 095/2026**".

Atesto que o objeto se trata de obra comum de engenharia, nos termos da Lei 14.133/2021, podendo ser utilizada a modalidade concorrência, tipo menor preço.

No entanto, recomenda-se a contratação de empresa especializada, devidamente habilitada no CREA, com comprovado acervo técnico de seus profissionais em serviços similares, requisito este que garante a administração pública estar contratando empresa capacitada para o objeto em questão.

Sendo assim, emito Parecer FAVORÁVEL à realização do processo licitatório supracitado, na modalidade CONCORRÊNCIA TIPO MENOR PREÇO.

É o parecer,

Marquinho, 09 de junho de 2026.

CHARLES ALEXANDRE BATISTA
Engenheiro Civil CREA PR 135.938/D

000028
ESTADO DO PARANÁ
Fls. 252
Mod. 93
INTEGRADO DO DESTINO

PLANO DE TRABALHO (e-protocolo 24.149.893-0)

1. PARTÍCIPES

1.1 CONCEDENTE

Nome:	Secretaria da Agricultura e do Abastecimento				
CNPJ/MF:	76.416.957/0001-85				
Endereço:	Rua dos Funcionários nº 1559, Cabral			Cidade:	Curitiba
UF:	PR	CEP:	80035-050	Telefone:	(41) 3313-4000
Home Page:	www.agricultura.pr.gov.br				
e-mail/contato:	https://www.agricultura.pr.gov.br/Formulario/Fale-com-SEAB				
Representante Legal:	Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão				
Decreto de Nomeação:	9399/2025		Cargo:	Diretora Geral da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB	
e-mail:	camila.aragao@seab.pr.gov.br				

Obs.: LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709/2018, IPDM - (Índice Ipardes de Desempenho Municipal)

1.2 CONVENENTE

Nome:	Marquinho			IPDM (IPARDES)	0,771341555
CNPJ:	01.612.552/0001-13				
Endereço:	R. Sete de Setembro, S/N, Centro			Cidade:	Marquinho
UF:	PR	CEP:	85.168-000	Telefone:	42 30501102
Home Page:	www.marquinho.pr.gov.br				
e-mail:	pmmarquinho@yahoo.com.br				

1.3 PREFEITO MUNICIPAL

Prefeito	Elio Bolzon Junior		
CPF - (LGPD*):	061.537.579-01	RG/Órgão Expedidor (LGPD*):	9.888.242-1 PR
e-mail:	eliobjunior@hotmail.com		

Obs.: LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709/2018, IPDM - (Índice Ipardes de Desempenho Municipal)

2. OBJETO

2.1 IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto a melhoria da trafegabilidade das estradas rurais do município de Marquinho adiante identificadas, por meio de obras de pavimentação, visando à conservação dos recursos hídricos e do solo, à redução dos custos de manutenção e da produção agrícola e ao benefício das populações rurais e urbanas, em alinhamento com o Programa Estradas Rurais Integradas aos Princípios e Sistemas Conservacionistas – Estradas da Integração, conforme detalhado no Projeto Técnico.

2.1 As obras a serem executadas para a consecução do objeto e finalidades
acima descritas consistem:

2.1.1 Na pavimentação asfáltica em CBUQ da Estrada Linha Gleba Nove, no trecho compreendido entre as coordenadas: inicial UTM SIRGAS 2000 Fuso 22J 371458 E 7221430 S e final UTM SIRGAS 2000 Fuso 22J 364151 E 7222463 S, com extensão total de 10.000 metros, com largura de revestimento de 6,00 metros, área total a ser pavimentada de 60.000,00 m²;

Assinatura Qualificada realizada por: **Camila Luiza Cunha Bernardo Aragao** em 15/05/2026 14:07. Inserido ao protocolo **24.149.893-0** por: **Luciane Curtes Porfirio Silva** em: 15/05/2026 13:37. Demais assinaturas na folha 255a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **91cc14c3775c383c7885e7cbec47a35b**

000029
PROTOCOLO
Fls. 253
Mod. 93
INTEGRADO DO ESTADO

PLANO DE TRABALHO (e-protocolo 24.149.893-0)

2.2 VIGÊNCIA DO CONVÊNIO

Início:	Data da publicação do Termo de Convênio no DIOE	Término:	24 meses após a data da publicação do Termo de Convênio no DIOE

3. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

A celebração deste convênio é fundamental para atender à premente necessidade do município de Marquinho melhorar a infraestrutura de suas estradas rurais, elemento vital para o desenvolvimento rural sustentável. As condições atuais da(s) Estrada(s) e trechos identificados no item 2.1 deste Plano de Trabalho, estão relacionadas no Relatório Técnico de Vitoria (RTV) do presente protocolo.

A(s) obra(s) de pavimentação proposta(s) visa(m) diretamente aos objetivos do Programa Estradas da Integração, instituído pelo Dec. Est. nº 6.515, de 2012, especialmente:

a) melhorar a trafegabilidade, facilitando o trânsito de veículos, máquinas e implementos utilizados nas lavouras, reduzindo o tempo de deslocamento e os custos com manutenção dos veículos;

b) reduzir o custo de manutenção pela redução da necessidade de intervenções frequentes na(s) estrada(s);

c) preservar os recursos naturais pela adequação do leito da estrada e tipo de pavimento, reduzindo a erosão, o assoreamento de córregos e a contaminação da água e do solo;

d) reduzir o custo da produção agrícola pelo escoamento dos produtos com eficiência e segurança, minimizando perdas e avarias, diretamente impactando na economia dos agricultores familiares locais;

e) beneficiar as populações rurais e urbanas pela melhoria no acesso a serviços essenciais (saúde, educação, segurança) para as comunidades rurais e garantir o fluxo contínuo de produtos para o abastecimento da população urbana.

A relação custo-benefício da pavimentação do(s) citado(s) trecho(s) é vantajosa, considerando que os investimentos proporcionarão benefícios econômicos (redução de custos, valorização de propriedades), sociais (melhor acesso, segurança, qualidade de vida) e ambientais (conservação do solo e água), presente o atendimento de interesses públicos recíprocos e compartilhados entre o Estado e o Município. A mútua cooperação entre a SEAB, que aporta os recursos, e o Município, que executa a obra, é um modelo eficiente para a concretização desses benefícios. O trecho beneficiado é uma das principais estdadas vicinais do Município, ligando as comunidades de Gleba Nove, Terra Boa e Pedra Branca até o acesso à sede do Município e a Rodovia BR 158. Atende diretamente a cerca de 50 famílias, sendo a única rota de escoamento agrícola dessa região, atendendo aos objetivos do Programa Estradas da Integração.

4. ETAPAS OU FASES DE EXECUÇÃO

Etapa ou Fase	Especificações	Duração (dias) após a publicação do Termo de Convênio		Valor - R$
		Início	Fim	
1	Etapa Prévia De Contratação	1	120	-
2	Serviços Preliminares	120	150	R$ 4.172,76
3	Terraplenagem	120	150	R$ 241.242,26
4	Drenagem	120	150	R$ 108.969,78
5	Base / Sub-Base	150	240	R$ 6.784.940,00
6	Revestimento	240	360	R$ 4.976.907,37
7	Meio-Fio e Sarjeta	-	-	-
8	Serviços de Urbanização	300	360	R$ 332.860,00
9	Sinalização de Trânsito	330	360	R$ 156.801,20
10	Iluminação Pública	-	-	-
11	Serviços Diversos	-	-	-
12	Ensaios Tecnológicos	120	360	R$ 277.708,48
13	Recebimento da Obra e Prestação de Contas	Últimos 2 meses	Término da vigência	-
			TOTAL	**R$ 12.883.601,85**

Conforme planilha orçamentária aprovada, na qual consta todos os itens com seus respectivos quantitativos e valores.

Assinatura Qualificada realizada por: **Camila Luiza Cunha Bernardo Aragao** em 15/05/2026 14:07. Inserido ao protocolo **24.149.893-0** por: **Luciane Curtes Porfirio Silva** em: 15/05/2026 13:37. Demais assinaturas na folha 255a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **91cc14c3775c383c7885e7cbec47a35b**

000030
PROTOCOLO INTEGRADO DO ESTADO
Fls. 254
Mov. 93

PLANO DE TRABALHO (e-protocolo 24.149.893-0)

5. PLANO DE APLICAÇÃO

Código Dotação Orçamentária	Responsável	Especificação	Valor - R$
6560.20.608.22.8245	FEAP/SEAB	Financeira	R$ 12.883.601,85
		TOTAL	**R$ 12.883.601,85**

O Município está isento de contrapartida financeira conforme Despacho do e-protocolo nº 24.149.854-9.

6. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DE DESEMBOLSO

Parcela	Metas (Medição)	Dias após a publicação do Termo de Convênio	Repasse Concedente - R$	Repasse Convenente - R$
1	Execução de até 16,07%	150	R$ 2.069.926,72	-
2	Execução de até 29,34%	180	R$ 1.710.757,04	-
3	Execução de até 42,62%	210	R$ 1.710.352,10	-
4	Execução de até 55,89%	240	R$ 1.709.947,16	-
5	Execução de até 65,90%	270	R$ 1.288.902,61	-
6	Execução de até 75,90%	300	R$ 1.288.902,61	-
7	Execução de até 87,90%	330	R$ 1.545.951,69	-
8	Execução de até 100%	360	R$ 1.558.861,92	-
		Subtotal	R$ 12.883.601,85	R$ 0,00
			100,00%	0,00%
			TOTAL	**R$ 12.883.601,85**

O Cronograma de Desembolso deste Plano de Trabalho é estimativo.

O valor dos repasses é decorrente da efetiva execução do objeto, de acordo com sucessivas medições, no caso de obra, ou com o recebimento de bens.

Em relação aos parâmetros qualitativos, os projetos aprovados estão compatíveis com as normas técnicas vigentes e de acordo com o objeto do convênio, atendendo de forma satisfatória os parâmetros qualitativos.

Assinatura Qualificada realizada por: **Camila Luiza Cunha Bernardo Aragao** em 15/05/2026 14:07. Inserido ao protocolo **24.149.893-0** por: **Luciane Curtes Porfirio Silva** em: 15/05/2026 13:37. Demais assinaturas na folha 255a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: **https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento** com o código: **91cc14c3775c383c7885e7cbec47a35b**